



INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ORIGEM

INTERNA

Nº. Protocolo

00026265

DATA

16/05/2024

ANO

2024

SETOR ORIGEM

SEMAD - ADMINISTRATIVO

ASSUNTO

LEIS MUNICIPAS

OBJETO

MEMORANDO Nº 312/SEMAD/2024 - SOLICITA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 3.825/PMC/2017

RESPONSÁVEL PELO PROTOCOLO

SAMIRA DE SOUZA BORGES BARROS



Memorando nº 312/SEMAD/2024

DA: Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

PARA: Procuradoria Geral do Município - PGM

ASSUNTO: Alteração da Lei 3.825/PMC/2017

A Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, considerando o interesse público no aproveitamento de mão de obra de reeducando do regime fechado do Sistema Prisional do Estado de Rondônia;

Considerando o atendimento e continuidade na utilização de mão de obra de reeducandos, bem como o cumprimento do Termo de Convênio nº. 099/2023/PGE-2023, e seus aditivos, firmado entre o Fundo Penitenciário do Estado de Rondônia e a Prefeitura Municipal de Cacoal, com interveniência da Secretaria do Estado de Justiça de Rondônia.

Considerando que a utilização de mão de obra tem por meta a ressocialização e a reintegração ao convívio social desses reeducandos do sistema prisional.

Considerando a necessidade de agentes honoríficos atuarem na segurança e no acompanhamento dos apenados do regime fechado durante a realização dos serviços.

Considerando que o valor da diária aos agentes honoríficos estipulado pela Lei 3.825/PMC/2017 é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e que devido ao espaço de tempo da criação da Lei até os dias atuais o valor da diária se encontra desatualizado, visto a grande importância e complexidade do trabalho dos agentes.

Considerando que outros municípios do Estado de Rondônia que possuem convênio com o Fundo Previdenciário do Estado de Rondônia dispõe de diárias com valores superiores a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), como é o caso do Município de Vilhena que tem o valor estipulado em R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), conforme Decreto nº 62.508/2024 (anexo).

Solicitamos alteração na Lei 3.825/PMC/2017, com o fim de majorar o valor dispensado a título de diária para os agentes honoríficos para o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Informamos que há disponibilidade orçamentária.



ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



00003

Sem mais para o momento, despedimo-nos renovando os votos de estima e apreço e ao mesmo tempo, colocamo-nos à disposição para prestar informações complementares, que porventura se façam necessárias.

Atenciosamente,

Cacoal/RO, 15 de maio de 2024

(assinado eletronicamente)

ELIANE DE LACERDA LUCIO SANTOS
Secretária Municipal de Administração
Decreto N° 8.700/PMC/2022



Nº 3966

VILHENA-RO, SEXTA-FEIRA, 26.04.2024

ANO XXVII

dov@vilhena.ro.gov.br

CADERNO I

www.vilhena.ro.gov.br

ATOS DO EXECUTIVO

DOV - DIÁRIO OFICIAL
DE VILHENAPrefeitura
Municipal
de VilhenaFLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR
Prefeito do MunicípioCENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR
DR. TEOTÔNIO VILELA
Av. Rony de Castro Pereira, 4177 - Jd. América
CEP 76980-000 - VILHENA - RO
FONE: (69) 3919-7080


SUMÁRIO

GABINETE DO PREFEITO	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	6
SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS	8
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNIC DE VILHENA	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	11

Migração do Site da
PREFEITURA

A Prefeitura de Vilhena está realizando uma modernização essencial em seu site. **Durante os próximos 30 dias, o portal institucional estará temporariamente indisponível** devido à migração para uma nova plataforma. A nova empresa responsável, Mira Comunicação, está trabalhando na implantação do banco de dados.

Para mais informações, entre em contato pelo número **(69) 3919-7080** ou nos acompanhe nas **redes sociais**:

 /municipiodevilhena /municipiodevilhena

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 62.507, DE 26 DE ABRIL DE 2024

ABRE NO VIGENTE ORÇAMENTO-PROGRAMA UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 2.494.175,78.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 8º da Lei nº 6.198, de 28 de dezembro de 2023 – Lei Orçamentária, e

CONSIDERANDO os recursos destinados para aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada, provenientes da União por meio de emenda parlamentar do Deputado Expedito Netto, através da Portaria GM/MS nº 2.852/2023 - Proposta nº 21467.008000/1230-27 - IRV - Instituto do Rim de Vilhena; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 2106/2024-SESAU do Governo do Estado de Rondônia, que aprovou a transferência de recurso financeiro ao Fundo Municipal de Saúde do município de Vilhena para execução de procedimentos de Artroplastia de Quadril (qualquer técnica) para atender demanda judicial e considerando o Contrato de Gestão vigente com entidade que presta serviços de gerenciamento, operacionalização e execução das ações assistenciais no Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira,

DECRETA:

Art. 1º Abre no Orçamento-Programa do corrente exercício financeiro, um Crédito

Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.494.175,78 (dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos) necessários para reforço das seguintes dotações:

Órgão: 14000 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 14001 – Fundo Municipal de Saúde
1030200712.126 – Manutenção das Atividades do Hospital Regional e UTI
4490.52.00.00 16310100 Equipamentos e Material Permanente R\$ 51.878,00

1030200712.297 – Repasse de Recursos a Entidade – Atenção Especializada
3350.85.00.00 16320000 Contrato de Gestão R\$ 2.442.297,78

TOTAL.....R\$ 2.494.175,78

Art. 2º Serão utilizados os recursos provenientes do Governo Federal/Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS nº 2.852, de 28 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 51.878,00 (cinquenta e um mil e oitocentos e setenta e oito reais), e do Governo Estadual/Secretaria de Estado da Saúde - SESAU por meio da Portaria nº 2106 de 27 de março de 2024 no valor de R\$ 2.442.297,78 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), para dar cobertura ao Crédito.

Receitas

Receita 2.4.1.9.99.0.3.02.01.00.00.00 Fonte: 16310100 R\$ 51.878,00
Receita 1.7.2.4.50.0.1.00.00.00.00 Fonte: 16320000 R\$ 2.442.297,78

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena (RO), 26 de abril de 2024.

(Assinado Eletronicamente)
Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

DECRETO Nº 62.508/2024

ALTERA O CAPUT DO ART. 2º DO DECRETO Nº 56.482, DE 30 DE JUNHO DE 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 5.060/2024,

DECRETA:

Art. 1º A alteração, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2024, do caput do art. 2º do Decreto nº 56.482, de 30 de junho de 2022, que regulamenta a Lei nº 5.795, de 15 de junho de 2022, referente ao valor da diária a ser paga pelo Município aos agentes honoríficos da Secretaria de Estado de Justiça na execução dos convênios, que passa a vigor com a seguinte redação:

(...)
Art. 2º O valor da diária será de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
(...)

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 62.484, de 23 de abril de 2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 25 de abril de 2024.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

DECRETO Nº 62.509/2024

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA POR EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MAGNA ANDRADE DOS SANTOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso I, art. 36, da Lei Complementar nº 007, de 24 de outubro de 1996, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 7.493/2024,

DECRETA:

Art. 1º A vacância, com efeitos retroativos a 25 de abril de 2024, do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, grupo ocupacional ANS, classe D, em decorrência da exoneração, a pedido, da servidora MAGNA ANDRADE DOS SANTOS, matrícula 16889, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 26 de abril de 2024.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

DECRETO Nº 62.510/2024

EXONERA O SERVIDOR JEIEL FARIAS DE OLIVEIRA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DA CASA DE APOIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 7.474/2024,

DECRETA:

Art. 1º A exoneração, a pedido e a partir de 15 de maio de 2024, do servidor JEIEL FARIAS DE OLIVEIRA, matrícula 16398, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DA CASA DE APOIO DE PORTO VELHO-RO - CPC-5, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 26 de abril de 2024.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO

DECRETO Nº 62.511/2024

EXONERA O SERVIDOR TIAGO PAULINO TONKELSKI DA SILVA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL III.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, art. 96, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 7.508/2024,

DECRETA:

Art. 1º A exoneração, a pedido e com efeitos retroativos a 19 de abril de



LEI Nº 3.825/PMC/17

~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM O
FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN DO ESTADO DE
RONDÔNIA, COM INTERVENIÊNCIA DA
SECRETARIA DE ESTADO E JUSTIÇA -
SEJUS/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O FUNDO
PENITENCIÁRIO - FUPEN DO ESTADO DE
RONDÔNIA, COM INTERVENIÊNCIA DA
SECRETARIA DO ESTADO E JUSTIÇA -
SEJUS/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
**(Ementa com redação dada pela Lei nº 5.215, de
14/06/2023).**

A PREFEITA DE CACOAL, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso
de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela
sanciona a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de
Cooperação com o Fundo Penitenciário - FUPEN do Estado de Rondônia, inscrito no
CNPJ sob o n. 15.837.081/0001-56, situada na Avenida Faquar, nº 2.986, Complexo
Palácio Rio Madeira, Edifício Curvo II - Rio Cautário 4º Andar, Bairro Pedrinhas, Porto
Velho-RO, com interveniência da Secretaria de Estado e Justiça - SEJUS/RO, para
eventual aproveitamento da mão-de-obra de até 80 (oitenta) reeducandos, em
atividades de conservação no Município de Cacoal/RO com a finalidade de contribuir
para a ressocialização dos apenados ao convívio social.~~

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o
Fundo Penitenciário - FUPEN do Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n.
15.837.081/0001-56, situada na Avenida Faquar, nº 2.986, Complexo Palácio Rio
Madeira, Edifício Curvo II - Rio Cautário 4º Andar, Bairro Pedrinhas, Porto Velho-RO,
com interveniência da Secretaria de Estado e Justiça - SEJUS/RO, para eventual
aproveitamento da mão-de-obra de até 100 (cem) apenados e ou reeducandos, em
atividades de conservação no Município de Cacoal/RO com a finalidade de contribuir
para a ressocialização dos apenados ao convívio social. **(Artigo com redação dada
pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 1º O Convênio, ou instrumento congênere, de que trata o caput, terá por
objetivo o emprego de mão de obra de apenados que estejam em cumprimento de
pena em regime fechado, semiaberto ou aberto e de reeducandos egressos do
sistema Penitenciário Estadual. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de
14/06/2023).**

§ 2º Os apenados e reeducandos egressos, poderão prestar serviços de
construção, limpeza, pintura, carpintaria, marcenaria, reparo, manutenção de
instalações elétricas e hidráulicas, reformas, varrição, conservação das vias e de
logradouros públicos, capinagem, roçagem, jardinagem, fabricação de manilhas,
bloquetes e artefatos de concreto, manutenção em obras públicas e serviços gerais.
(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).



.....
§ 3º O regime de absorção da mão de obra e o quantitativo de apenados e/ou reeducandos egressos por atividade será estabelecido no termo de convênio, ou instrumento congênere, firmado com o Estado de Rondônia, observando a necessidade e a capacidade dos convenientes. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

~~Art. 2º A Prefeitura Municipal de Cacoal realizará o repasse mensal de auxílio financeiro para os reeducandos, de acordo com a execução dos serviços, que corresponderá a 01 (um) salário mínimo vigente por reeducando, dos quais serão descontados 16% (dezesesseis por cento) referente à taxa de administração do Fundo Penitenciário FUPEN.~~

~~Art. 2º A Prefeitura Municipal de Cacoal realizará o repasse mensal de auxílio financeiro para os reeducandos, de acordo com a execução dos serviços, que corresponderá a 01 (um) salário mínimo vigente por reeducando, dos quais serão descontados 25% (vinte e cinco por cento) referente à taxa de administração do Fundo Penitenciário FUPEN. **(Artigo com redação dada pela Lei nº 3.941, de 11/12/2017).**~~

Art. 2º Autoriza o Município a realizar o repasse mensal de auxílio financeiro para os apenados e/ou reeducandos, de acordo com a execução dos serviços, que corresponderá a 01 (um) salário mínimo vigente por reeducando recrutado, devendo contar do convênio, ou instrumento congêneres, as seguintes obrigações: **(Artigo com redação dada pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

I – a responsabilidade da SEJUS de efetuar o pagamento dos valores devidos aos apenados e/ou reeducandos egressos conforme o disposto na legislação estadual e nas normas regulamentadoras expedidas pelo Juízo Criminal da Vara de Execução Penal da Comarca; **(Inciso acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

II – no mínimo 3/4 (três quartos) do valor disposto no caput deste artigo será destinado ao pagamento dos serviços prestados pelo apenado e/ou reeducando egresso; **(Inciso acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

III – poderá ser deduzido até 25% (vinte e cinco por cento) do valor disposto no caput deste artigo, referente à taxa de administração do Fundo Penitenciário – FUPEN, que deverá ser investido, pelo FUPEN, em projetos, programas e ações voltadas ao processo de ressocialização e reinserção social de apenados em cumprimento de pena e reeducandos egressos. **(Inciso acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

Art. 3º O repasse do auxílio financeiro será realizado para conta específica do Fundo Penitenciário – FUPEN que será responsável pelo seu gerenciamento.

~~Art. 4º Deverá o Fundo Penitenciário – FUPEN, obrigatoriamente, investir o valor descontado referente à taxa de administração em ações voltadas ao processo de ressocialização e reinserção social de reeducandos em cumprimento de pena.~~

Art. 4º Autoriza o Município a pagar diárias aos agentes honoríficos que atuarem na segurança e no acompanhamento dos apenados do regime fechado durante a realização dos serviços no convênio, ou instrumento congênere, observadas as seguintes disposições: **(Artigo com redação dada pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**



I – disponibilização de até 02 (dois) agentes para cada 10 (dez) apenados, considerando o período a ser computado como suficiente para ensejar o pagamento da diária de que trata o caput deste artigo. **(Inciso acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

II – atuação dos agentes em horário de folga, respeitada a jornada máxima de 08 (oito) horas diárias, com intervalo de no máximo 02 (duas) horas e/ou horário corrido de 06 (seis) horas. **(Inciso acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se com agente honorífico as pessoas que possuem vínculo estatutário com o Estado de Rondônia e que prestem serviços em casas de detenção, penitenciárias e demais órgãos de segurança pública. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 2º O valor da diária a ser paga aos agentes honoríficos será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 3º A escala dos agentes para prestação dos serviços será fornecida pela direção do presídio, casa de detenção ou penitenciária, e o pagamento será realizado diretamente na conta do servidor, a ser fornecida pelo órgão competente vinculado à SEJUS. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

~~Art. 5º O Termo de Cooperação Técnica será celebrado com previsão orçamentária no Programa n. 04.001.04.122.0002.2.013 – ATENDIMENTO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – SEMAD e Elemento de Despesa 3.3.50.41.00 – CONTRIBUIÇÕES.~~

Art. 5º Autoriza o Município a custear o transporte, até o local de prestação do serviço, e a alimentação dos apenados e/ou reeducandos egressos e agentes da SEJUS para viabilização do objeto do convênio, ou instrumento congênere, e a custear as despesas de manutenção, abastecimentos e reparos dos veículos utilizados no transporte. **(Artigo com redação dada pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 1º Ficam mantidos os efeitos e a vigência dos termos de vigência celebrados entre o Município e o Estado de Rondônia, por meio da SEJUS, antes da publicação desta Lei. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 2º Fica a cargo da SEMAD o pagamento das diárias, considerando as informações prestadas pela Secretaria responsável pela execução do plano de trabalho. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

§ 3º O Termo de Cooperação Técnica será celebrado com previsão orçamentária no Programa n. 04.001.04.122.0002.2.013 – ATENDIMENTO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – SEMAD e Elemento de Despesa 3.3.50.41.00 – CONTRIBUIÇÕES. **(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.215, de 14/06/2023).**

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 27 de junho de 2017.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28

00009

.....

WALTER MATHEUS BERNARDINO SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/RO 3716



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI N. 5.215/PMC/2023

ALTERA A LEI N. 3.825/PMC/2017, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM O FUNDO PENITENCIÁRIO – FUPEN DO ESTADO DE RONDÔNIA, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DO ESTADO E JUSTIÇA – SEJUS/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo do Município de Cacoal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a ementa da Lei n. 3.825/PMC/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O FUNDO PENITENCIÁRIO – FUPEN DO ESTADO DE RONDÔNIA, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DO ESTADO E JUSTIÇA – SEJUS/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 2º Altera o *caput* e acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1º da Lei n. 3.825/PMC/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Fundo Penitenciário – FUPEN do Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 15.837.081/0001-56, situada na Avenida Faquar, nº 2.986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Curvo II -Rio Cautário 4º Andar, Bairro Pedrinhas, Porto Velho-RO, com interveniência da Secretaria de Estado e Justiça – SEJUS/RO, para eventual aproveitamento da mão-de-obra de até 100 (cem) apenados e ou reeducandos, em atividades de conservação no Município de Cacoal/RO com a finalidade de contribuir para a ressocialização dos apenados ao convívio social.

§ 1º O Convênio, ou instrumento congênere, de que trata o *caput*, terá por objetivo o emprego de mão de obra de apenados que estejam em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto e de reeducandos egressos do sistema Penitenciário Estadual.

§ 2º Os apenados e reeducandos egressos, poderão prestar serviços de construção, limpeza, pintura, carpintaria, marcenaria, reparo, manutenção de instalações elétricas e hidráulicas, reformas, varrição, conservação das vias e de logradouros públicos, capinagem, roçagem, jardinagem, fabricação de manilhas, bloquetes e artefatos de concreto, manutenção em obras públicas e serviços gerais.

§ 3º O regime de absorção da mão de obra e o quantitativo de apenados e/ou reeducandos egressos por atividade será estabelecido no termo de convênio, ou instrumento congênere, firmado com o Estado de Rondônia, observando a necessidade e a capacidade dos convenientes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 3º Altera o *caput* e acrescenta os incisos I, II e III ao art. 2º, da Lei n. 3.825/PMC/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Autoriza o Município a realizar o repasse mensal de auxílio financeiro para os apenados e/ou reeducandos, de acordo com a execução dos serviços, que corresponderá a 01 (um) salário mínimo vigente por reeducando recrutado, devendo contar do convênio, ou instrumento congêneres, as seguintes obrigações

I – a responsabilidade da SEJUS de efetuar o pagamento dos valores devidos aos apenados e/ou reeducandos egressos conforme o disposto na legislação estadual e nas normas regulamentadoras expedidas pelo Juízo Criminal da Vara de Execução Penal da Comarca;

II – no mínimo 3/4 (três quartos) do valor disposto no *caput* deste artigo será destinado ao pagamento dos serviços prestados pelo apenado e/ou reeducando egresso;

III – poderá ser deduzido até 25% (vinte e cinco por cento) do valor disposto no *caput* deste artigo, referente à taxa de administração do Fundo Penitenciário – FUPEN, que deverá ser investido, pelo FUPEN, em projetos, programas e ações voltadas ao processo de ressocialização e reinserção social de apenados em cumprimento de pena e reeducandos egressos.

Art. 4º Altera o *caput* e acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 4º, da Lei n. 3.825/PMC/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Autoriza o Município a pagar diárias aos agentes honoríficos que atuarem na segurança e no acompanhamento dos apenados do regime fechado durante a realização dos serviços no convênio, ou instrumento congêneres, observadas as seguintes disposições:

I – disponibilização de até 02 (dois) agentes para cada 10 (dez) apenados, considerando o período a ser computado como suficiente para ensinar o pagamento da diária de que trata o *caput* deste artigo.

II – atuação dos agentes em horário de folga, respeitada a jornada máxima de 08 (oito) horas diárias, com intervalo de no máximo 02 (duas) horas e/ou horário corrido de 06 (seis) horas.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se com agente honorífico as pessoas que possuem vínculo estatutário com o Estado de Rondônia e que prestem serviços em casas de detenção, penitenciárias e demais órgãos de segurança pública.

§ 2º O valor da diária a ser paga aos agentes honoríficos será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 3º A escala dos agentes para prestação dos serviços será fornecida pela direção do presídio, casa de detenção ou penitenciária, e o pagamento será realizado diretamente na conta do servidor, a ser fornecida pelo órgão competente vinculado à SEJUS.

Art. 5º Altera o *caput* e acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 5º, da Lei n. 3.825/PMC/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 5º Autoriza o Município a custear o transporte, até o local de prestação do serviço, e a alimentação dos apenados e/ou reeducandos egressos e agentes da SEJUS para viabilização do objeto do convênio, ou instrumento congênere, e a custear as despesas de manutenção, abastecimentos e reparos dos veículos utilizados no transporte.

§ 1º Ficam mantidos os efeitos e a vigência dos termos de vigência celebrados entre o Município e o Estado de Rondônia, por meio da SEJUS, antes da publicação desta Lei.

§ 2º Fica a cargo da SEMAD o pagamento das diárias, considerando as informações prestadas pela Secretaria responsável pela execução do plano de trabalho.

§ 3º O Termo de Cooperação Técnica será celebrado com previsão orçamentária no Programa n. 04.001.04.122.0002.2.013– ATENDIMENTO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS –SEMAD e Elemento de Despesa 3.3.50.41.00 – CONTRIBUIÇÕES.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 14 de junho de 2023.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

[Assinado Digitalmente]
DEBORAH MAY DUMPIERRE
Procuradora-Geral do Município
OAB/RO Nº. 4372

